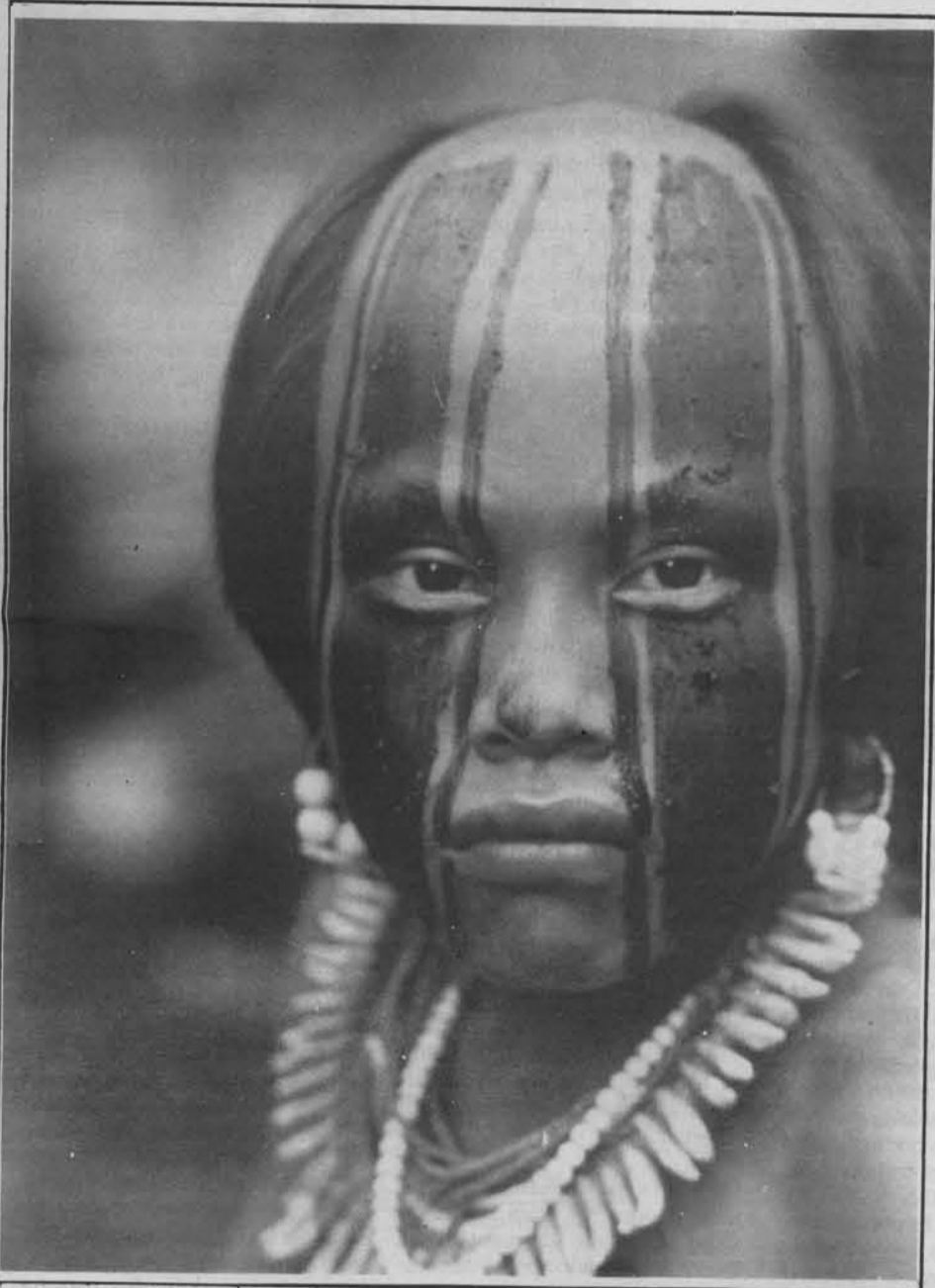




Dia do Índio

Foto: Gustaaf Verswijver



Os Kayapó, de língua Jê, têm suas terras nos Estados de Mato Grosso e Pará. Esse povo produz variado artesanato e expressa sua organização social e política atra-

vés de uma pintura corporal muito elaborada, cujos motivos decorativos se referem a algum aspecto do meio ambiente.

Sessenta e cinco por cento da população indígena brasileira está concentrada na Amazônia Legal. Apesar do processo de ocupação colonial que provocou um acentuado decréscimo dessa população, a região abriga desde índios que se encontram há anos em contato com

os "brancos" até outros totalmente isolados. É também na Amazônia que estão muitos dos projetos de usinas hidrelétricas, grandes jazidas minerais e reservas florestais, para onde volta-se o poder econômico, significando ameaça aos povos indígenas dessa área.

Foto: Lamônica



Índios Maué (AM)

ENTREVISTA

Com
**Marcos
Palmeira**

Pág. 3

Foto: João Silva / Divulgação Manchete



Índios Maxakali em Minas Gerais são exemplo de resistência cultural

Pág. 4

EDITORIAL

Porque reformas ...

A sociedade e a natureza vivem em permanente mutação e o tempo vai deixando suas marcas nos homens, objetos e ambiência.

Agora e por causa do tempo, o Museu do Índio, criado em 1953, às vésperas de completar 40 anos, está entrando em reformas para procurar desempenhar melhor seu papel de órgão destinado à reflexão da realidade indígena e à devoção a essas sociedades de registros que possibilitem o resgate de informações básicas e, em alguns casos, a recomposição de sua etnicidade.

Abrigado hoje, em um antigo casarão de 1880, tombado pelo Patrimônio Histórico, na outrora bucólica Rua das Palmeiras, o Museu do Índio, com verbas conseguidas junto à Secretaria de Meio Ambiente — SEMAM/PR e com apoio de empresas públicas e privadas, está reformando o prédio sede para não só ampliar o espaço da exposição, visando apresentar novas peças do seu rico acervo etnográfico, como para melhor preservar todo o acervo e dotar a instituição das condições técnicas para armazenamento e atendimento a pesquisadores.

Cercado de velhas árvores, o prédio do Museu do Índio sofreu a ação do tempo e é preciso revitalizá-lo, assim como modernizar a preciosa documentação que possui. São quase

600 mil peças entre fotos, negativos (alguns de vidro), livros, teses, revistas, folhetos especializados (alguns raros), documentos originais e/ou em microfílm e peças do acervo etnográfico.

Para melhor atender aos seus objetivos, o Museu do Índio está iniciando as reformas arquitetônicas que necessita para prosseguir o processo de modernização que passa pela automação do controle e do acesso à informação, e por projetos de preservação/conservação de peças e outros materiais.

A demanda natural, que ao longo dos anos incluiu o Museu do Índio entre os mais visitados no Rio de Janeiro, certamente aumentará após o restabelecimento da dignidade do prédio, da melhoria das condições de trabalho e do armazenamento adequado do precioso e, muitas vezes, único acervo.

Zelar pela memória, refletir, estudar e divulgar os povos indígenas é, talvez, uma das formas mais vivas de mostrar à população brasileira, como um todo, que os índios não são um passado remoto e sim uma presença que vem crescendo e se fazendo ouvir pela sociedade nacional.

Estará, pois, o Museu do Índio fechado pouco mais de um mês para uma reforma inicial, reabrindo, em breve, com novas perspectivas de servir melhor à causa indígena.

EXPEDIENTE

Jornal do Museu do Índio, órgão da Funai, vinculado ao Ministério da Justiça.

• Publicação trimestral

• Jornalista:

Cristina Botelho, reg. prof. 18.678

• Consultora Técnica:
Maria E. Brêa Monteiro (Antropóloga)

• Técnico de Laboratório:
João Domingos Lamônica

• Colaboradora:
Esther Caldas Bertoletti

• Produção:
Jotanesi Edições

• Diagramação e Montagem:
Mario Roberto

• Editoração Eletrônica:

Black Star - 242-3459 - 252-1520

• Distribuição gratuita

Nº 06 - Abril / Maio / 92

• Tiragem:
quatro mil exemplares

Museu ao Vivo: editado pela Assessoria de Comunicação Social do Museu do Índio, Rua das Palmeiras, 55, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.270 - Tels.: 286-8899 e 286-2097 - Fax: 286-0845 - Telex: 37091 MV não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas.

DESTAQUE

Dia do Índio (19 de Abril)

O Brasil apresenta uma expressiva população indígena. São cerca de 250 mil indivíduos distribuídos em, aproximadamente, 220 grupos étnicos que falam 170 línguas diferentes. Cada um deles com sua própria história; cultura; organização social, política, econômica e religiosa. Os maiores são: Yanomami e Macuxi (RR), Ticuna (AM), Terena (MS), Guarani e Kaingang (Sul e Sudeste).

A maior parte dessa população está concentrada na região da Amazônia Legal, abrangendo os Estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Amapá, Roraima e Mato Grosso. São cerca de 150 mil índios que compõem 100 sociedades, ocupando 337 áreas indígenas (100 milhões de hectares). Na Amazônia, encontram-se, atualmente, alguns dos maiores grupos como os Yanomami (nove mil), Macuxi (15 mil), Ticuna (18 mil) e Tucano (20 mil).

Em todos os Estados brasileiros, com exceção do Piauí, existem povos indígenas, cujos territórios estão demarcados ou em vias de regularização. Estima-se, ainda, a presença de 77 grupos que vivem sem contato contínuo com a sociedade nacional, autônomos, encontrados, principal-

Foto: Jesco Von Puttkamer



Índia Urueuwauwau (RO)

mente, nos Estados do Pará, Amazonas, Roraima e Maranhão.

A demarcação das áreas indígenas (895.424 km²) — apenas 50% estão regularizadas — torna-se condição fundamental para a sobrevivência física e cultural desses povos. A terra indígena não pode ser estabelecida a partir de conceitos agrários da sociedade envolvente. O estudo atual utiliza critérios rígidos estabelecidos na Constituição, em decreto e em normas da Fundação Nacional do Índio — Funai. Nesse processo, são levados em conta princípios antropológicos, sociológicos, fundiários, que dimensionam o território de cada povo conforme as suas necessida-

des de reprodução física e cultural.

De acordo com os dados históricos, na época do descobrimento, em 1500, havia cinco milhões de índios. Embora o processo de colonização e a história contemporânea das relações de contato estabelecidas entre os grupos indígenas e a sociedade brasileira revelem uma depopulação, os povos que conseguiram se manter enquanto etnia vêm apresentando significativo aumento populacional. A partir da década de 70, a população indígena do País começou a crescer novamente: de 100 mil índios estimados nos anos 50, passou para os 250 mil atuais.

OPINIÃO

Situação dos Povos Indígenas

* Idjarruri Karajá

Acredito que, nos últimos dez anos, nós, enquanto povos indígenas, temos vivido um período muito importante na nossa história, porque está sendo marcado por acontecimentos de tamanha importância que realmente estão revelando um novo período. Isso está sendo possível, graças à conscientização geral de nossos chefes e líderes tribais, de que a partir da chegada do homem branco a nossa situação tinha mudado, porque todos nós, não importando as diferenças enquanto vários povos, estávamos sendo tratados apenas pura e simplesmente de índio, isso é terrível. Pois o tratamento a todos nós dispensado, estava sendo igual, sem o mínimo respeito pela diferença que existe de um povo para outro.

Nos últimos dez anos está sendo encarado que precisa iniciar um novo relacionamento entre nós mesmos, porque afinal de contas nós temos problemas em

comum, principalmente indefinição e pouco caso em relação às terras, porque isso a cada dia está sendo comprometido.

Então, está havendo uma aliança forte, onde nossos chefes tribais dispensam assinaturas protocolares.

Onde precisamos reavaliar, inclusive, modos de vida, partindo dessa realidade de contato na qual temos levado apenas desvantagens.

Precisamos realmente analisar e firmar que nós necessitamos nos integrar à comunidade nacional para sermos brasileiros comuns, nem tão pouco ficarmos isolados, intocáveis. Tudo isso é utopia, que tentam impor na nossa vida. Precisamos, sim, de criar um relacionamento de intercâmbio entre a sociedade e o governo, porque dessa forma acreditamos ser possível garantir o futuro de nossos filhos e netos. Intercâmbio esse que permitirá ao meu filho ser um pastor, diplomata, sem deixar de ser Karajá e, inclusive, nesse novo relacionamen-

to, não permitir imposições de qualquer modelo que sejam.

Hoje, às vésperas da Rio-92, estamos inaugurando uma nova forma de participação. Com a organização do Comitê Intertribal — 500 Anos de Resistência, estamos costurando uma aliança com entidades indígenas internacionais, para discutirmos assuntos realmente importantes e comuns a todos nós no plano mundial. Precisamos de parâmetros mais claros e definidos para trabalharmos o nosso futuro enquanto povos indígenas brasileiros.

Acredito que estamos avançando, apesar de tantas dificuldades, obstáculos, mas tudo bem, até porque aqui estamos realizando a Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio-Ambiente e Desenvolvimento na Aldeia Kari-Oca, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro.

* Índio Karajá da Ilha do Bananal (TO), fundador da União das Nações Indígenas — UNI e membro da diretoria do Comitê Intertribal — 500 Anos de Resistência.

ENTREVISTA

* Com: Marcos Palmeira

Foto: João Silva / Divulgação Manchete



Por: Cristina Botelho

MV — No dia 19 de abril, comemorase o Dia do Índio. Qual a sua opinião sobre o destino dos grupos indígenas no Brasil?

MP — No Brasil, atualmente, qualquer grupo social, seja o índio, o camponês, o seringueiro ou o artista, encontra muitas dificuldades para se organizar e se fortalecer.

O índio sofre mais porque constitui uma sociedade dentro de outra sociedade. Em minha opinião, a saída é a sua aliança com os outros povos da floresta. MV — Você viveu dois meses entre os índios Xavante no Mato Grosso. Qual a sua impressão da relação dos povos indígenas com o meio ambiente?

MP — É uma relação de harmonia. Não dá para comparar com a do homem branco, que destrói para construir. Os povos indígenas desenvolvem uma relação orgânica com o meio ambiente. A floresta é continuidade do corpo do índio, faz parte dele. Ele depende dela e dos seus recursos.

MV — A maior parte da população indígena no Brasil está concentrada na Amazônia, apesar do processo de ocupação colonial que expulsou e dizimou os índios das margens dos principais rios da região. Qual a contribuição da novela Amazônia, da TV Manchete, em relação à divulgação do problema junto ao público?

MP — Agora, na sua segunda fase, a novela volta a focar a cultura indígena. Como mensagem, veicula a necessidade do respeito às comunidades indígenas.

Cada vez é mais difícil os índios conseguirem viver isolados. A nossa sociedade está destruindo tudo em volta deles. Os indígenas têm hoje condições de organizar-se, conquistando novos espaços e lutando para preservar seu ambiente.

Essa parte de Amazônia mostra o índio mais primitivo, mas de uma forma positiva, contribuindo, assim, para acabar com a imagem do índio bárbaro, selvagem, divulgada pelos filmes hollywoodianos.

MV — Como sócio fundador da Associação de Amigos do Museu do Índio, você participa do movimento de revitalização desta instituição. De que forma o público pode ser motivado para a causa indígena?

— Falando-se mais dos problemas indígenas. É preciso tratar a causa indígena na Educação, começando pelas crianças. Aprende-se muito pouco sobre o índio brasileiro na escola, onde, muitas vezes, a sua imagem é difundida de forma estereotipada. É importante acabar com os diversos conceitos errados divulgados sobre a cultura indígena, como "os índios vivem em malocas" ou "todos os indígenas falam a língua Tupi-Guarani", mostrando, de fato, a história do processo colonial no País.

No entanto, acho que não devemos ser contra o contato do branco com o índio. O problema não é o contato e, sim, de como ele é feito.

MV — Quais os seus trabalhos anteriores ligados à temática indígena?

MP — Em 1982 e 1983, na anterior gestão do Prof. Carlos Moreira Neto, trabalhei no Museu do Índio como assistente do fotógrafo Lamônica. Na época, viajei para a área dos índios Arara, em Altamira, a fim de documentar os primeiros contatos da nossa sociedade com esse povo. Quem coordenava os trabalhos de aproximação com os Arara era o sertanista Sydney Possuelo, atual presidente da Funai.

Além disso, organizei toda a parte indígena do filme "Avaeté", dirigido pelo meu pai, Zelito Viana.

* Ator, atualmente, interpreta o personagem Caio na novela Amazônia da TV Manchete.

Foto: Goretti Moreira



Mesa Diretora da Assembléia Geral composta por Zelito Viana e Gisele Jacon Moreira, respectivamente, presidente e secretária.

Museu do Índio já tem amigos

Por: Cristina Botelho

Recuperar fisicamente o Museu do Índio e promover atividades artísticas, culturais e científicas com a finalidade de motivar o público para a causa indígena. Estes são os objetivos da Associação de Amigos do Museu do Índio — AMI, fundada no dia 30 de janeiro deste ano. Darcy Ribeiro, criador, em 1953, do Museu do Índio, foi aclamado pela assembléia geral de instalação para a presidência da AMI. O senador tem participado ativamente da campanha de revitalização da instituição.

Durante o acontecimento, o cineasta Zelito Viana doou ao Museu do Índio documentação escrita, filmica e fotográfica, referente aos seus trabalhos ligados à temática indígenas, além de peças de diversos grupos indígenas brasileiros. A doação inclui material dos seus filmes "Avaeté" e "Terra dos Índios".

O estatuto da AMI define as categorias de sócios fundadores, beneméritos, contribuintes e mirins. A anuidade do sócio contribuinte, fixada em Cr\$ 50 mil, pode ser parcelada, tendo sua correção baseada no Índice de Preços ao Consumidor — IPC. O associado mirim paga metade desse valor.

Compõem o Conselho Consultivo: Darcy Ribeiro (presidente), Berta Ribeiro (vice-presidente), Beatriz Bandeira Ryff (conselheira) e Gisele Jacon Moreira (conselheira). Os membros do Conselho Fiscal são Zelito Viana, Cosme Alves Neto e José Carlos Barbosa de Oliveira, como titulares, e Vera de Paula, Luiz Carlos Saldanha e Joel Dias Barcellos como suplentes. A Diretoria Executiva é formada por Gisele Jacon Moreira (diretora executiva), Maria Cândida Cardoso Gastalho (diretora de projeto) e Esther Bertolotti (diretora tesoureira).

FUTURO E TRADIÇÃO CAMINHAM JUNTOS

Por volta dos séculos XVI e XVII, habitavam o planalto curitibano povos indígenas de língua Guarani e Jê. Tiravam da flora exuberante da região o seu sustento. Nas florestas, duas riquezas inestimáveis, a **Araucária angustifolia** (Pinheiro-do-Paraná) e a **Ilex paraguayensis** (Erva-mate) cresciam associadas.

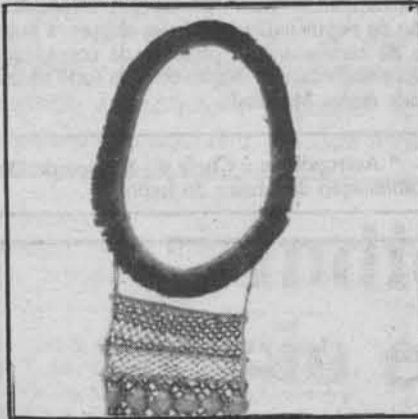
Neste cenário, surgiu a lenda Guarani que enfatizava as virtudes da erva-mate, presente de Tupã para preservar o grupo. Contava uma das estórias que a bela Yari deixou de acompanhar a tribo, em busca de melhor caça e terra para cultivo, para ficar com o velho pai cansado demais para longas caminhadas. Foi assim que um desconhecido pajé encontrou pai e filha, vivendo em extrema penúria. Comovido com a dedicação de Yari e a boa acolhida que recebeu, o pajé ofereceu ao velho uma planta muito verde e ensinou-lhe o seu uso.

Hoje, tradição e futuro caminham lado a lado na Leão Júnior, fabricante do **Matte Leão**, que mantém viva a lenda através do seu produto natural e saudável.



Leão Júnior S.A.
Av. Getúlio Vargas, 253
80 230 Curitiba, PR

Foto: Lamônica



Aro emplumado (Galibi/AP)

O público ao visitar o Museu do Índio pode conhecer também a **LOJA ARTÍNDIA** que vende artesanato dos diversos grupos indígenas do Brasil.

Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 8h30m às 17h30m. Telefone: 286-8799.

Há 14 anos

O Jornal do Brasil noticiava em 2 de dezembro de 1977:

• Mudança do Museu do Índio do casarão da Avenida Mata Machado, no Maracanã, para o prédio da Rua das Palmeiras, em Botafogo.



Agência JB/Texto: Beatriz Bonfim

No momento atual, o Museu do Índio está **FECHADO PARA REFORMA**. Desde a sua instalação na atual sede, a instituição enfrenta problemas relativos às condições físicas do prédio e ao espaço para execução de suas atividades. Finalmente, com abertura prevista para junho deste ano, o Museu desenvolverá

um programa de revitalização, apresentando, ainda, uma nova exposição sobre os povos indígenas.

A Divisão de Documentação, incluindo os Serviços de Documentação, Biblioteca e Cine-fotográfico, e a Loja Artística mantêm seu atendimento normal ao público.

Eleição no SINTRASEF

De 27 a 29 de abril deste ano, o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro — Sintrasef realizará eleição para sua Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, apresentando chapa única

com representantes de diversos órgãos federais. Durante este período, haverá urnas em todos os locais de trabalho, a fim de que os associados participem efetivamente do processo eleitoral.

USANDO A TRADIÇÃO E ABUSANDO DA QUALIDADE

PESQUISA INDÍGENA

ÍNDIOS MAXAKALI

* Maria Elizabeth Brêa Monteiro

Os Maxakali, assim como outros grupos Macro-Jê - Botocudo, Malali, Cumana-xó, Maconi, Cutaxó — foram, durante longo período, conhecidos pela designação genérica de Tapuia, em oposição aos grupos de língua Tupi, do litoral brasileiro, com os quais os portugueses tiveram os primeiros contatos.

Constituíam um grupo semi-nômade, vivendo essencialmente da caça, pesca e coleta, em aldeias organizadas em famílias patrilineares.

Originários de uma área de Mata Atlântica, compreendida entre o médio Jequitinhonha, ao norte, o rio Mucuri, ao sul, a cidade de Araçuaí, a oeste, e o litoral, os Maxakali são remanescentes de um povo com uma longa história de deslocamentos forçados.

As primeiras informações sobre os Maxakali datam de 1734, a partir do relato do bandeirante de campo João da Silva Guimarães que dá notícias de combates próximo ao rio Todos os Santos, afluente da margem esquerda do Mucuri.

Durante o século XVIII, os Maxakali foram aldeados em São José de Porto Alegre, na foz do rio Mucuri, onde se refugiaram dos ataques dos Botocudo. Outros aldeamentos se sucederam como o de Caravelas, Lorena dos Tocoios, Quartel do Alto dos Bois, Prado, Ribeirão dos Prates, Rubim, Farrancho, dando origem às cidades de Mucuri, Jequitinhonha, Guaraniândia, entre outras.

No início do século XIX parte considerável da Mata Atlântica já havia sido derrubada, sendo preservadas, porém, algumas áreas ocupadas pelos índios, como a dos Maxakali. Essa situação se manteve até a segunda metade do século passado, quando sucessivas frentes de exploração efetivaram a penetração dos territórios que ainda se mantinham razoavelmente intactos. A extração da poaia e de madeiras seguiu-se o estabelecimento da pecuária e da agricultura de subsistência. Estas atividades não mais requeriam a mão-de-obra indígena, mas exigiam suas terras.

A construção das estradas de ferro Minas-Bahia e Vitória-Minas favoreceu o acesso à região, provocando o crescimento de antigos povoados como Filadélfia (Teófilo Otoni), Urucu (Carlos Chagas), Pampá (Águas Formosas).

A atuação do Serviço de Proteção aos Índios — SPI junto aos Maxakali data de 1911, com a instalação de um posto de atração administrado por Joaquim Fagundes, conhecido "amansador de índios", com o auxílio de um Botocudo. O objetivo era "assistir" os Maxakali que vinham atacando as roças das fazendas locais. Por essa época os Maxakali estavam distribuídos por seis aldeias situadas nas cabeceiras do rio Itanhaém.

A desativação do posto, em 1914, provocou a insatisfação de Joaquim Fagundes. Este convenceu os índios a se deslocarem para Água Preta (Itanhém), na Bahia, e vendeu as terras a particulares como forma de se ressarcir pelo que o SPI lhe "devia". A ilegalidade do ato de Fagundes é acentuada tendo em vista que, nessa época, o presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur Bernardes já havia doado aos Maxakali 2.000 ha de terras. Apenas a aldeia do Mikael permaneceu na área.

Surtos de varíola e malária obrigaram os Maxakali a retornarem às suas terras, vendi-

das ilegalmente a fazendeiros. Alguns ficaram, então, na aldeia do Mikael e outros fundaram a aldeia Mikai-kaka. Outras aldeias foram se formando, contudo uma parte do território se manteve em poder de particulares.

Ainda hoje os Maxakali sofrem as consequências das arbitrariedades e das ações de esbulho do seu território. Atualmente vivem em duas glebas descontínuas — Áreas Indígenas Água Boa e Pradinho — demarcadas em 1941 e 1956, respectivamente.

A descontinuidade do território Maxakali, além de dificultar o acesso à pesca no ribeirão Umburana e à prática dos rituais em conjunto, gera uma situação de tensão entre índios e fazendeiros, resultando, não raro, no assassinato de lideranças indígenas.

Os contatos com a sociedade nacional são pontuados por saques às fazendas, próximas. Consideradas na maioria das vezes como ameaça à propriedade e ao patrimônio particulares, essas ações devem ser vistas como uma continuação do hábito tradicional de caça e coleta, assim como uma forma de vingar-se dos ocupantes de áreas historicamente pertencentes aos Maxakali.

Com o avanço da sociedade nacional e a redução das áreas de mata, provocando o esgotamento da caça, a economia Maxakali se sustenta numa agricultura de subsistência com base na plantação de arroz, feijão, milho, mandioca, batata-doce. Recentemente, através de intermediações da FUNAI junto aos pecuaristas da região, os Maxakali estão criando gado, como forma não só de garantir carne e leite para o grupo, mas também evitar ataques às fazendas vizinhas. Por ocasião de nossa estada na área Maxakali, em novembro de 1991, a aldeia do Pradinho contava com 50 cabeças de gado e de Água Boa com cerca de 130.

As feiras de fim de semana, que acontecem em Batinga, na Bahia, e Balbinópolis, em Minas Gerais, funcionam como locais onde os índios trocam suas mercadorias (artesanal, produtos das roças e a própria força-de-trabalho) por artigos industrializados.

Os Maxakali são, sem dúvida, um testemunho de resistência. A criação do P.I. Engenheiro Mariano de Oliveira, em 1941, favoreceu um aumento populacional expressivo do grupo. Dos 140 índios encontrados por Nimuendaju no final da década de 30, sua população cresceu a uma taxa de 62% entre os anos de 1963 e 1977. Hoje são cerca de 700 índios vivendo numa área de cerca de 3.400ha, no município de Bertópolis, próximo à divisa com Bahia.

Desse processo de destribalização e de desaparecimento a que foram submetidos os índios dessa região de Minas, os Maxakali constituem um dos poucos grupos que conseguiram conservar sua cultura, como assinala Curt Nimuendaju, em seu relatório de 1939.

A luta pela unificação do seu território tradicional, a preservação da língua original (apenas os homens falam português), a manutenção da organização social das aldeias, a prática de cerimoniais, a presença de nomadismo são manifestações inequívocas da forte identidade étnica Maxakali.

* Antropóloga e Chefe do Serviço de Documentação do Museu do Índio.

IMPRESSO

